

# Zona de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL



**Maristela Ferrari**

Departamento de Geociências, Universidade Estadual do Oeste do Paraná no Campus de Marechal Cândido Rondon, Brasil

## Resumo

A zona de fronteira se encontra na confluência entre dois territórios nacionais. Entretanto, ao invés do conceito clássico de divisão, ela remete à ideia de ligação entre territórios e para apreendê-la é necessário considerar o conjunto territorial de ambos os lados do limite internacional, pois se trata de outra territorialidade que vai reconfigurar os espaços territoriais divididos pelo limite. Nesta direção, o conceito de zona de fronteira se caracteriza por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional. O elemento geográfico que melhor distingue a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades gêmeas (Machado, 2005). Na América do Sul, desde a Integração Regional, as zonas de fronteira aparecem como laboratórios específicos onde se podem construir novas configurações espaciais podendo se tornar espaços transfronteiriços. No entanto, as zonas fronteiriças são por natureza espaços transfronteiriços. Esse contexto nos leva a indagar: Como os Estados nacionais têm tratado as interações transfronteiriças no contexto da Integração Regional? A análise de dois conjuntos de cidades gêmeas situadas num segmento da fronteira Brasil-Argentina – Dionísio Cerqueira (SC)/Barracão (PR)/Bernardo de Irigoyen (MNES) e Santo Antônio do Sudoeste (PR)/San Antonio (MNES) –, revela que embora a integração regional tenha avanços importantes, em muitos aspectos ela ainda não reconhece as interações transfronteiriças historicamente tecidas pelos sujeitos fronteiriços, habitantes das zonas de fronteira.

## Abstract

**Border area, twin cities and interactions cross-border in the context of MERCOSUR.** A border area is located at the confluence of two national territories. However, instead of the traditional concept of division, it suggests the idea of connection between territories. To understand this, we have to consider the territorial contest in both sides of the international boundary, being the border area another territoriality that will reconfigure the divided territorial spaces. In this sense, the concept of border area is characterized by interactions that, although international, create a specific geographical environment only perceivable at local/regional level. The geographical factor that best distinguishes the border area is given by the twin cities (Machado, 2005). In South America, since the Regional Integration, the frontier areas appear as specific laboratories where to build new spatial configurations that may become cross-border spaces. However the border areas are by nature cross-border areas. This context leads us to

### **Palavras-chave**

*Zona de fronteira  
Ciudades gemelas  
Interacciones transfronterizas  
MERCOSUR*

### **Palabras Claves**

*Zona de fronteira  
Ciudades gêmeas  
Interações transfronteiriças  
MERCOSUL*

### **Keywords**

*Border area  
Twin cities  
Interactions cross-border  
MERCOSUR*

ask: how national States have behaved with cross-border interactions in the Regional Integration scenario? The analysis of the two sets of twin cities located in a segment of the border Brazil-Argentina – Dionísio Cerqueira (SC)/Barracão (PR)/Bernardo de Irigoyen (MNES) and Santo Antônio do Sudoeste (PR)/San Antonio (MNES) –, reveals that although the regional integration reached important results, in many ways it still does not recognize the cross-border interactions historically woven by the inhabitants of border areas.

*Recibido: 8 de mayo de 2013. Aceptado: 2 de septiembre de 2013.*

## Introdução

A zona de fronteira é aqui entendida como espaço que se encontra na confluência entre dois territórios nacionais. Porém, ao invés do conceito clássico de divisão, ela remete à ideia de ligação entre territórios e, para apreendê-la é necessário considerar o conjunto territorial de ambos os lados do limite internacional, pois se trata de outra territorialidade que vai reconfigurar o espaço territorial dividido (Guichonnet e Raffestin, 1974). Portanto, o conceito de *zona de fronteira* se caracteriza por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional. O elemento geográfico que melhor distingue a *zona de fronteira* é aquele formado pelas cidades gêmeas (Machado, 2005). Em Geografia o estudo das *interações* tem sido tradicionalmente tratado sob a dimensão mais material, conduzidas notadamente pelo aspecto dos fluxos econômicos, (Pumain e Saint-Julien, 2001), mas em zonas de fronteira, notadamente naquelas formadas por cidades gêmeas, as interações transfronteiriças não se desenvolvem somente no sentido econômico, elas envolvem todo um conjunto de interações materiais e imateriais, como as simbólicas, culturais e identitárias, pois são vinculadas umas às outras justamente porque elas são estabelecidas por sujeitos (fronteiriços) que em sua realidade cotidiana atuam de forma relacional num conjunto socioterritorial que envolve os dois lados do limite internacional (Ferrari, 2010).

Assim, ainda que cada zona fronteiriça apresente singularidades, de maneira geral, podemos tomá-las como produto e condição de um conjunto de interações materiais e imateriais estabelecidas entre os fronteiriços, e compreendê-las significa ir além da visão dos sujeitos com identidades diferenciadas, neste caso, de simples brasileiros e argentinos: é preciso ir ao encontro dos sujeitos fronteiriços com múltiplas identidades. Deste modo, as zonas fronteiriças, podem ser concebidas também como o produto de relações tecidas antes de tudo entre sujeitos fronteiriços. Neste trabalho, nosso objetivo é analisar como se processam as interações transfronteiriças entre cidades gêmeas, notadamente no contexto do MERCOSUL. Para tanto, tomamos como exemplo as cidades gêmeas Dionísio Cerqueira (SC)/Barracão (PR)/Bernardo de Irigoyen (MNES) e Santo Antônio do Sudoeste (PR)/San Antonio (MNES), situadas no conjunto do Extremo-Oeste do Estado de Santa Catarina, Extremo-Sudoeste do Paraná limítrofes ao Nordeste da Província de Misiones (Figura 1).

Esse dois pares de cidades gêmeas favorecem numerosas interações, pois não há como fugir: as próprias malhas urbanas ali são conurbadas e impõem o contato diário entre fronteiriços. Como evoluíram tais cidades gêmeas? Como se deu a integração físico-social e qual a natureza das interações transfronteiriças que historicamente ali se estabeleceram e que ainda hoje se estabelecem? Como os Estados nacionais, têm tratado as interações transfronteiriças promovidas na escala local, notadamente das cidades gêmeas? Esse conjunto de questões constitui a trilha que guiará o presente trabalho. O texto divide-se em duas partes: a primeira apresenta alguns aspectos da evolução das cidades gêmeas e das interações ali historicamente estabelecidas; a segunda procura analisar como se processam as interações



Figura 1. Mapa de localização das cidades gêmeas na zona fronteiriça brasileiro-argentina: 2010. Fonte: Ferrari, 2011.



Figura 2. Limite internacional e cidades gêmeas na zona de fronteira brasileiro-argentina.  
Fonte: Ferrari, 2011.

transfronteiriças sociais, culturais e econômicas no atual contexto da integração regional. Os principais procedimentos operacionais deste trabalho consistem em revisão bibliográfica e entrevistas realizadas nos últimos seis anos com moradores das cidades gêmeas em universo diversificado. Para finalizar sugerimos a necessidade de políticas públicas particulares para as zonas de fronteira, notadamente as constituídas por cidades gêmeas.

### Interações transfronteiriças nas cidades gêmeas Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo De Irigoyen e Santo Antônio Do Sudoeste/San Antonio

Ponderar sobre a integração físico-social e de interações num segmento de fronteira entre Brasil e Argentina remete imediatamente a uma velha questão, a das rivalidades, levando a crer que entre brasileiros e argentinos as interações são mais conflitivas, pensamento difundido, em parte, pelas ideologias políticas plasmadas entre os dois países. Mas é interessante notar que, para os fronteiriços das cidades gêmeas, tal espaço é concebido como lugar muito especial que não se encontra em nenhum outro ponto da fronteira Brasil/Argentina. No entanto, isso não significa ausência de conflitos, pois como qualquer outra zona fronteiriça internacional, aquela também apresenta conflitos, tanto entre escalas nacionais e locais quanto entre os próprios fronteiriços. A percepção dos fronteiriços de “lugar especial” se explica pelo compartilhamento cotidiano da vida na fronteira, pois não há como fugir: as próprias malhas urbanas conurbadas, impõem o contato diário entre os fronteiriços. Pode-se dizer que tal condição se deve a dois fatores: o primeiro está essencialmente ligado à demarcação do limite político territorial; o segundo está ligado ao estabelecimento de interações transfronteiriças econômico-sociais. Esse segmento fronteiriço teve notável influência das atividades ligadas à exploração de recursos naturais como erva-mate e madeira, das quais se pode dizer que derivam o assentamento inicial da população das atuais cidades gêmeas (Ferrari, 2010).





Entretanto, para compreender a origem das cidades gêmeas desse segmento fronteiro, é importante esclarecer que, embora a definição de limite internacional entre Brasil e Argentina tenha ocorrido em 1895, o seu traçado no terreno só aconteceria oito anos mais tarde. O limite é ali formado pelo curso de dois pequenos rios: o Peperi-Guaçu e o Santo Antônio, entre os quais se encontra a linha seca que se estende por aproximadamente 22 quilômetros de terras compreendidas entre as cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen até as proximidades de Santo Antônio do Sudoeste/San Antonio (Figura 2).

Em 1903, quando as Comissões demarcatórias de limites, formadas por brasileiros e argentinos, lá chegaram, constataram imediatamente a presença de núcleo populacional constituído. Tal núcleo era chamado de Barracão/Barracón e formavam um só aglomerado populacional. Mas com a demarcação do limite internacional, aquele pequeno núcleo populacional foi dividido passando parte dele para a Argentina e parte para o Brasil. Aquela integração físico-social de Barracón/Barracão chama a atenção da Comissão de Limites brasileira e, em julho de 1903, ao término da demarcação da linha seca, o povoado brasileiro foi elevado à categoria de vila, com o nome de Dionísio Cerqueira, sem dúvida uma forma de representar a soberania do Brasil naquela zona fronteira. Entretanto, ao contrário do que imaginavam os membros da comissão de limite brasileira, entre eles o General Dionísio Cerqueira, nem o nome e nem a condição de vila criou qualquer sentimento de pertencimento ao Brasil. Aliás, os fronteiriços continuaram, por muito tempo, a referenciar o lugar de Barracão/Barracón. Anos mais tarde, o aglomerado do lado argentino passaria a se chamar de Bernardo de Irigoyen, em homenagem a um advogado argentino que havia atuado no litígio entre Brasil e Argentina. Em 1917, ao término do litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina, a pequena vila de Dionísio Cerqueira foi novamente dividida pela demarcação do limite entre os dois Estados: parte da vila passou a pertencer ao Paraná, sob o nome de Barracão e parte a Santa Catarina que permaneceu com o nome de Dionísio Cerqueira. Assim, de um único aglomerado, a definição de limites político territorial fez surgir três pequenos aglomerados que mais tarde evoluíram para cidades gêmeas, Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen, pertencentes a países, Província e Estados diferentes (Ferrari, 2010).

Figura 3. Vista parcial da linha divisória fluvial pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio e da linha seca. Fonte: Ferrari, 2011.

*San Antonio/Santo Antônio* do Sudoeste também formavam um só aglomerado em 1903, mas ao contrário de *Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen*, não receberia tanta atenção política da comissão de limites brasileiro-argentina, pois já havia ali um elemento considerado fator divisório: o pequeno rio Santo Antônio, um “*fiapo*” de água corrente que passou a representar a linha internacional, por isso não houve preocupação na troca de nome daqueles aglomerados, apenas o lado brasileiro na década de 1950 acrescentaria o nome da região paranaense, ficando Santo Antônio do Sudoeste. Entretanto, os habitantes daquele aglomerado populacional não viam o pequeno rio como fator de separação e nem de impedimento de quaisquer relações. Aliás, logo após a passagem da comissão de limites, os fronteiriços construíram uma ponte de madeira sobre o rio Santo Antônio unindo os dois aglomerados populacionais. Aquela construção, sem prévia autorização do Brasil nem da Argentina, teria sido a primeira ligação física por pontes sobre rios entre o Brasil e a Argentina (Ferrari, 2010).

Diante da divisão político territorial, poderíamos imediatamente pensar no fortalecimento e oposição de duas identidades nacionais: a brasileira e a argentina. Entretanto, embora houvesse tentativas por parte dos dois Estados nacionais, os fronteiriços, em oposição aos Estados nacionais, puseram em curso múltiplas interações materiais e imateriais. O que hoje chama atenção na história daquelas cidades gêmeas é que, embora as ideologias políticas entre Brasil e Argentina tentassem separá-los e fortalecer identidades nacionais, os fronteiriços fariam daqueles espaços exatamente o contrário: promovem uma integração físico-social tão imbricada que, até por volta de 1940, era difícil precisar onde realmente terminava o território brasileiro e começava o argentino. Frente a ausência dos organismos de controle dos Estados nacionais, os habitantes daqueles aglomerados geminados, independente de suas nacionalidades, tinham a liberdade de transitar e de instalar suas residências onde melhor lhes conviesse. Além disso, os fronteiriços foram formando uma rede de parentesco transfronteiriça tão estreita que era praticamente impossível separar brasileiros de argentinos. Os contatos cotidianos pelas relações socioeconômicas de indígenas guaranis paraguaios e *missioneros*, caboclos brasileiros e ervateiros argentinos, resultavam frequentemente em casamentos<sup>1</sup>, o que foi promovendo a mescla que, aos olhos do poder, localizado no centro das escalas nacionais, seria verdadeira zona de incerteza identitária.

As primeiras tentativas de fortalecer a identidade nacional naquela zona fronteiriça partem da Argentina. Para pôr em prática tal objetivo o Estado nacional argentino instituiu escolas públicas, equipamentos de auxílio político-ideológico, pois é através das escolas que os Estados repassam suas ideologias. Além disso, é através das escolas que ocorre o ensino oficial da língua de um país e, na visão dos Estados nacionais, esse ensino não é apenas um meio de comunicação, mas igualmente uma forma expressiva na formação de uma identidade nacional. Por isso, em 1909 foi instituída a primeira escola nacional<sup>2</sup> em *Bernardo de Irigoyen* (Figura 3). Em 1931, outra escola foi fundada em *San Antonio*. Já em lado brasileiro os únicos indicativos da soberania brasileira eram os marcos fronteiriços, porém diante de uma situação de isolamento físico-geográfico e da marginalização política econômico-social, aqueles marcos não teriam nenhum significado para os fronteiriços. Não havia ali símbolos nacionais, escolas públicas e nem mesmo cartórios de registro civil que denotasse ser área de soberania brasileira. Após a passagem da comissão de limites, os brasileiros lá residentes passaram a viver como segregados do Brasil, totalmente à margem do Estado nacional, principalmente em questões de políticas públicas, como educação e saúde. Entretanto, aquelas escolas em lado argentino, instituídas com forte ideologia política, se tornariam espaços de interações imateriais, já que todas as crianças brasileiras estudavam na Argentina. Assim, ao contrário do que se possa imaginar, nem a instituição do limite internacional e nem as ideologias políticas dos dois Estados nacionais foram fatores de fortalecimento de duas identidades nacionais ou de separação daqueles aglomerados geminados.

1. Não há registros ou dados sobre o número de casamentos mistos, mas segundo a pesquisa de campo que vem sendo realizada desde 1997, (especialização, mestrado e doutorado), pelo menos 85% dos casais de *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio* são mistos, ou seja, são uniões entre brasileiros e argentinos.

2. Em 1903 *Misiones* era ainda Território Nacional daí porque era Escola Nacional.





Frente à fraca presença dos Estados nacionais naquela zona fronteiriça, antigos moradores de ambos os lados do limite afirmam que, do começo do século XX até meados da década de 1940, “não havia fronteira”. Na verdade, a fronteira política não havia ainda sido investida do poder controle fiscal e militar, o que explica tal percepção. Portanto, as interações que lá iam sendo tecidas entre os fronteiriços de um lado ao outro do limite contrariavam as políticas e ideologias dos dois Estados nacionais. Em outras palavras, naqueles aglomerados, a representação da linha fronteiriça não tinha o mesmo significado político e ideológico dos Estados nacionais. Poderíamos pensar num “antilugar” onde o limite territorial é apagado pelo grupo que dele se apropria e o transforma em lugar de reencontros, de trocas e transações de todas as ordens, uma territorialidade transfronteiriça. A integração físico-social daqueles aglomerados geminados fazia com que os fronteiriços também tivessem a noção de espaço “sem fronteira”, ou ainda, espaço sem “passaporte tapejara”, o que na língua guarani significa ter a liberdade de ir e vir de um lado a outro sem precisar pedir autorização ao dono do caminho, neste caso ao Brasil ou à Argentina. As interações socioeconômicas que lá iam se estabelecendo entre os dois lados do limite eram, na visão dos Estados nacionais, ilegais, mas na visão dos fronteiriços não eram transgressivas de normas territoriais. Ainda que os ervateiros argentinos tivessem noção do limite político territorial, a liberdade de circulação franqueada pela ausência de controle dos Estados nacionais remetia a um espaço sem fronteira. Por essa lógica, as interações cotidianas lá estabelecidas não tinham conotação de “contrabando”. Ou seja, o que era transgressão de normas territoriais para centros de poderes nacionais era um sistema de alianças para os fronteiriços.

A língua falada, “que é, sem nenhuma dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população” (Raffestin, 1993:97), era até por volta de 1935, uma mistura de três línguas: o guarani, o espanhol e o português. Embora os fronteiriços falassem uma mistura dessas três línguas, naquele período havia certa influência da língua espanhola sobre as demais, fato que se explica, em parte, pela presença das escolas argentinas naquela zona fronteiriça. Instituídas para o fortalecimento identitário, aquelas escolas argentinas, ao invés de fortalecerem a identidade nacional, durante as três primeiras décadas do século XX, tornaram-se espaços de interações imateriais, pois como no lado brasileiro não havia escolas, todas as crianças estudavam na Argentina. E certamente na visão do Estado nacional isso era uma desnacionalização, já que as crianças brasileiras aprendiam símbolos e datas importantes do país vizinho e desconheciam os símbolos de seu próprio país, além, é claro, de aprender a ler e escrever a língua do vizinho. Mas

Figura 4. Escuela Nacional 49 de Barracón hoje Bernardo de Irigoyen (MNES) fundada em 1903. Fonte: Foto do arquivo do Museu Municipal de Mondaí (SC), 2008.

diferentemente da visão dos Estados nacionais, hoje podemos pensar que, em zonas fronteiriças, falar, ler e escrever a língua do vizinho não é fortalecer uma identidade nacional e nem mesmo se desnacionalizar: é acima de tudo compreender valores imateriais de outra cultura que geram fatalmente novos valores, como o respeito por indivíduos de outras culturas. Além disso, naquelas escolas ocorria igualmente reencontros cotidianos de filhos de paraguaios, argentinos e brasileiros. Por conseguinte, um espaço de contato entre culturas diferenciadas, onde as crianças aprendiam e internalizavam valores imateriais, como a amizade e o respeito pela cultura do outro.

É curioso notar que, embora no espaço escolar fosse proibido falar outra língua que não o espanhol, aquela proibição, em tese, não ocorria, pois segundo entrevista com o filho de uma das primeiras professoras da Escuela Nacional 604, de Bernardo de Irigoyen, naquele período nem os professores escapavam da influência da mescla das línguas faladas cotidianamente, e muitas vezes acabavam por falar e escrever termos que não eram nem da língua espanhola e nem da portuguesa, mas uma mistura das duas: o portunhol. Além disso, fora do espaço escolar, principalmente no seio familiar, a língua falada continuava a ser a materna, e os filhos nascidos de casamentos mistos, cujos pais tinham nacionalidades diferentes, a língua falada era o portunhol. A ausência de registro impede-nos de quantificar o número de alunos brasileiros que foram alfabetizados nas escolas argentinas por aproximadamente 26 anos, ou seja, de 1909 até por volta de 1935, mas a pesquisa de campo revelou que a implantação daqueles *fixos* da educação gerou importantes *fluxos* (Santos, 1999) de brasileiros em busca de um bem cultural imaterial: a educação. Dona Dorvalina de Lara, residente em Dionísio Cerqueira, aos 90 anos de idade, ainda guarda sentimentos de gratidão à nação argentina por sua alfabetização na Escuela Nacional 604 de Bernardo de Irigoyen e também pelas relações de amizade construídas naquele espaço escolar e afirma: “se hoje eu sei ler e escrever, foi graças à Argentina, porque aqui não tinha escola e nem professor [...]”<sup>3</sup>.

3. Entrevista realizada em Dionísio Cerqueira (SC) em março de 2008. Dona Dorvalina de Lara ou Dona Dorva como era chamada, faleceu seis meses após nossa entrevista.

É interessante notar que no conjunto das interações, tanto materiais quanto imateriais, cada objeto *fixo* implantado num dos lados do limite e não em outro gerava uma tipologia de *fluxos*, como ocorreu com a implantação do cartório de registro civil em Bernardo de Irigoyen, que foi fator de atratividade e gerou significativas interações imateriais de brasileiros que buscavam aquele serviço público inexistente em Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Dionísio Cerqueira. Além disso, todos os casamentos, óbitos e contratos comerciais eram registrados nos cartórios argentinos. Assim, todas as crianças nascidas em território brasileiro eram registradas na Argentina, e os meninos, quando completavam maioridade, mesmo morando em território brasileiro, eram convocados a servir o exército argentino. Anos mais tarde, aquelas interações seriam vistas por políticos brasileiros como uma verdadeira zona desnacionalizada do país onde havia incerteza identitária. No entanto, podemos pensar que, em zonas de fronteira, os fronteiriços promovem a mescla, não carregando valores de uma única identidade nacional. E o fato de estudar ou ter registro de nascimento e falar a língua do vizinho não determina o fortalecimento de uma identidade nacional.

A título de exemplo, podemos citar aqui o peronista Aloísio Bello, 91 anos de idade, hoje residente em Barracão (PR). Filho de brasileiros, Aloísio nasceu em Bernardo de Irigoyen em 1922, onde foi registrado. Segundo ele, isso aconteceu por que seu pai, Misael Siqueira Bello, em 1917 migrou de Clevelândia (PR) para Bernardo de Irigoyen, onde foi trabalhar como guarda-livros da empresa de erva-mate CREGI Sociedade Ltda, que explorava os ervais brasileiros. Em 1924, após encerrar o trabalho naquela empresa argentina, seu pai retornou ao Brasil e foi morar em Barracão, onde Aloísio passaria infância e adolescência. Como ainda não tinha escola no lado brasileiro, Aloísio, a exemplo das demais crianças brasileiras, foi alfabetizado em Bernardo de Irigoyen. Já aos 18 anos, mesmo residindo em território brasileiro, Aloísio foi convocado a servir o Exército Argentino. No exército, em Buenos Aires, permaneceu por dois anos



e foi lá que se tornou peronista convicto. Após ter deixado o exército continuou por mais dois anos na Argentina, onde trabalhou no comércio. Posteriormente seu pai adoeceu e ele retornou ao Brasil, passando a residir em Barracão, onde iria trabalhar em diversas atividades do setor terciário. Trabalhou inclusive no setor de obras da prefeitura de Barracão, como uma espécie de contador e chefe encarregado do pagamento de 360 funcionários da ARBRA, uma grande madeireira de capital misto brasileiro-argentino na linha Tateto (hoje Flor da Serra - Paraná). Foi lá que, já em 1946, com um grupo de médicos fugitivos da Alemanha, aprendeu o ofício de “arrumador de ossos” e onde posteriormente seria o “ortopedista” dos fronteiriços. Esse fronteiriço dividiu sua vida entre os dois lados do limite, inclusive a vida ativa de trabalho, pois trabalhou também em Bernardo de Irigoyen, onde foi uma espécie de “veterinário” dos criadores de animais e foi inclusive candidato a vereador naquela cidade. Sem detalhar aqui toda sua vida, que é rica em exemplos, ao final de nossa entrevista, questionamos: - O senhor se define como brasileiro ou argentino? Em meio a risos ele responde: - *Eu sou um homem internacional!* O exemplo desse fronteiriço não é único, mas nos leva a pensar que os sujeitos fronteiriços são formados com múltiplos valores identitários, o que fica particularmente evidente na resposta de nosso entrevistado quando ele se define como um “*homem internacional*”, pois ele não opta nem pela identidade argentina, nem pela identidade brasileira: ele opta pelas duas<sup>4</sup>.

4. Entrevista realizada em Barracão (PR) em março de 2008.

Por outro lado, podemos dizer também que, independente dos valores identitários que os fronteiriços internalizam ou carregam, eles muitas vezes forjam sua identidade para barganhar certos direitos num ou noutro lado do limite internacional. Por exemplo, os registros de nascimento de crianças brasileiras na Argentina não se resumiam meramente à ausência daquele fixo em Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste: havia também interesses particulares dos próprios fronteiriços, que visavam a propriedades binacionais e também à instalação de estabelecimentos comerciais em ambos os lados do limite. Por essa razão, havia famílias brasileiras que optavam por registrar alguns filhos na Argentina e outros no Brasil; o contrário também é verdadeiro, pois na década de 1930, quando surgiram cartórios de registro civil em lado brasileiro, argentinos também registravam alguns filhos em lado brasileiro.

Outras interações imateriais independiam de objetos fixos e se realizavam pelo contato cotidiano dos fronteiriços, com a troca de ideias, informações e conhecimentos, como na “medicina popular”, que, até meados de 1940, na total ausência de recursos médico-hospitalares em ambos os lados do limite, os “*médicos sem fronteiras*” eram indígenas e caboclos, profundos conhecedores de ervas medicinais, ritos e benzeduras que mesclavam conhecimentos culturais e crenças religiosas. O mesmo se dava com o trabalho das parteiras brasileiras que atendiam gestantes independente do local de residência. Raul Lindau, residente em Bernardo de Irigoyen, revela que teve 18 filhos, todos nascidos em casa pelas mãos de parteiras brasileiras, prática bastante comum naquele período, pois não havia hospitais e nem médicos que realizassem aquele trabalho. Segundo ele, “nenhuma mulher morria de parto” e os filhos “todos nasciam bem que só pra vê!” E acrescenta: “quando digo que tive 18 filhos e todinhos vivos, a rapaziada mais nova me diz: - mas que barbaridade! Digo: - mas naquele tempo não havia televisão não havia nada no mas!” (risos)<sup>5</sup>. Desse modo, independente do lugar de residência, a procura tanto pelos serviços das parteiras quanto dos caboclos na busca de garrafadas, simpatias e benzeduras geravam interações imateriais de ambos os lados da fronteira, interações carregadas de valores sentimentais que se conservam na memória dos moradores mais antigos. Valores que podem também ser classificados como parte de uma cultura imaterial gerada pela crença no poder de cura de certas doenças e que ainda hoje resiste na região.

5. Entrevista realizada com Raul Lindau residente em Dos Hermanos – Bernardo de Irigoyen (MNES) em março de 2008. Durante a entrevista, esse fronteiriço revelou que, a exemplo de outros fronteiriços que vivem desde o início do século XX nesse segmento fronteiriço, fala três línguas: o guarani, o espanhol e o português.

As trocas culturais se faziam também na culinária, que foi mesclando, mormente pratos da cozinha guarani com a cabocla, que, segundo a pesquisa de campo, era muito mais expressiva do que a culinária argentina no período em que vigorou o ciclo da erva-mate.

Portanto, podemos dizer que, ao lado das interações materiais, como as econômico-comerciais, formou-se também um conjunto de interações imateriais entre os fronteiriços que, além dos casamentos mistos, foram tecendo laços de confiança, afetividade, solidariedade, amizade e demais valores humanos. Trocas imateriais que não eram meramente entre brasileiros, paraguaios e argentinos, eram antes de tudo entre fronteiriços. À margem de políticas de desenvolvimento social e econômico dos Estados nacionais, os fronteiriços não teceram apenas uma nova territorialidade transfronteiriça com interações econômico-comerciais, eles teceram igualmente uma história de vida compartilhada na fronteira. Isso nos leva a pensar que, uma identidade nacional não se constrói e nem se fortalece numa relação de amizade, pois ela depende fundamentalmente de uma relação de alteridade entre “nós” e “os outros”. Melhor dizendo, ela depende de inimigos e não de amigos (Sahlins, 1996). Obviamente que a alteridade entre “nós e os outros” era claramente verificada, naquele período, nos centro de poder de cada Estado nacional.

A partir da década de 1940, nova ordem socioeconômica e política se estabelece e deflagra significativas mudanças, tanto na geografia política quanto na geografia social e cultural da zona fronteiriça. A partir de então os Estados nacionais fazem valer as normas e regras diferenciadas sobre seus espaços fronteiriços na tentativa de assegurar as descontinuidades territoriais. Os controles passam a regular e comprimir mais efetivamente todas as interações transfronteiriças, impondo severas restrições inclusive no ir e vir das interações sociais e culturais dos fronteiriços. No entanto, apesar de todos os esforços dos Estados nacionais, as interações transfronteiriças não seriam interrompidas. Para fugir aos controles políticos territoriais, os fronteiriços, desenvolvem estratégias para assegurar a continuidade das interações, notadamente daquelas econômico-comerciais, nem sempre concebidas por eles como transgressivas dos territórios nacionais. O que era contrabando descaminho para os Estados nacionais, eram trocas complementares para os fronteiriços das cidades gêmeas.

A análise das interações transfronteiriças nas cidades gêmeas Dionísio Cerqueira/Barração/Bernardo de Irigoyen e San Antonio/Santo Antônio do Sudoeste revela que, ao dotar a fronteira linear apenas com políticas de controles, os próprios Estados nacionais dariam margem para imediatamente se instalar a ilegalidade, pois passaram a restringir e tributar as interações, notadamente econômico-comerciais. Os tributos lá arrecadados pouco ou quase nada retornavam ao local para investimentos, notadamente em políticas públicas e desenvolvimento social. Desse modo, os Estados nacionais seguiriam marginalizando aqueles espaços fronteiriços. Mas, apesar de tudo os fronteiriços dariam continuidade às interações e o limite internacional foi sendo cotidianamente costurado dando origem a nova territorialidade, a transfronteiriça. A análise revela ainda que, ao lado das interações materiais tecem-se igualmente interações com valores imateriais, como as sociais e culturais, estabelecidas pelos contatos e pela comunicação, nutridos por valores como sentimentos de solidariedade, laços de amizade, parentesco, compadrio, apadrinhamento e outros, formados no convívio cotidiano da fronteira. E isso faz parte da própria história do lugar e dos fronteiriços. Nessa perspectiva, podemos ponderar que, as zonas fronteiriças, notadamente aquelas formadas por cidades gêmeas, são lugares que “não são formados apenas pela racionalidade funcional e econômica, eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam” (Claval, 2007:55). Esse contexto nos leva a indagar: como os Estados nacionais têm tratado as interações transfronteiriças no contexto da integração regional?

## **Interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL**

desde o advento do MERCOSUL entra em curso amplo conjunto de políticas regionais, notadamente de políticas econômicas, promotoras de relações transfronteiriças

buscando ultrapassar a visão clássica de fronteira como linha de divisão e valorizar as regiões ou zonas fronteiriças como espaços de integração privilegiados. Desde então, nos discursos políticos, a zona fronteira torna-se lugar de cooperação e suporte para interações transfronteiriças. Nesse processo, as zonas de fronteira, notadamente aquelas constituídas por cidades gêmeas, aparecem como laboratórios específicos onde se podem construir novas configurações espaciais podendo se tornar espaços transfronteiriços. No entanto, as zonas fronteiriças são por natureza espaços transfronteiriços, pois ali ocorrem historicamente múltiplas interações o que nos leva a indagar: como essa nova integração advinda do MERCOSUL vem se efetivando em zonas fronteiriças? Que discursos ela produz?

Analisando as cidades gêmeas Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen e San Antonio/Santo Antonio do Sudoeste, observa-se que embora a integração regional tenha avanços importantes, em muitos aspectos ela ainda não reconhece as interações transfronteiriças historicamente tecidas pelos sujeitos fronteiriços, habitantes das zonas de fronteira. Embora o MERCOSUL tenha levado ao abandono das hipóteses de conflitos, notadamente entre Brasil e Argentina, os fronteiriços têm percebido que os Estados nacionais chegam com forças renovadas impondo um controle muito mais rigoroso sobre as interações na escala local, a ponto de desconsiderar totalmente a história local e a vida de relações ali existentes. Essa lógica decorre, em parte, de maior representatividade dos Estados nacionais nesse segmento fronteiriço, muito mais efetiva que no passado. Explica-se, também, pelas constantes barreiras sanitárias que vem sendo impostas pelos países com quem o MERCOSUL negocia. Em razão disso, controles têm sido fortalecidos e isso acaba por afetar as interações historicamente estabelecidas entre os fronteiriços das cidades gêmeas. Isso é bem expressivo nas cidades gêmeas aqui analisadas, onde circula a afirmativa de que os fronteiriços, no vaivém de suas interações sociais, culturais e econômicas, são cerceados da liberdade de trânsito entre um lado e outro do limite, porque os controles políticos e fiscais ainda administram o limite internacional sob a perspectiva da separação, em detrimento da própria história de vida dos fronteiriços e do sentido da integração. Diante disso, muitos fronteiriços chegam a afirmar que a integração regional em si não teria trazido nada de novo para a zona fronteira, pois já viviam uma integração antes mesmo de se pensar em MERCOSUL.

No discurso dos fronteiriços a integração regional impôs controles muito mais rígidos que no passado, e ao invés de uni-los os separaram. A título de exemplo, podemos tomar as cidades gêmeas de *San Antonio/Santo Antônio do Sudoeste*, onde o controle sobre a mobilidade geográfica entre aquelas cidades tem sido por vezes fechado ou então se estipulam horários de funcionamento, como ocorreu em 2007, quando o controle fiscal passou a funcionar das 7 às 19 horas e não mais 24 horas como era no passado. Em tempos de integração regional, tal decisão nacional é vista localmente como arbitrária, pois passou a afetar as interações, notadamente as sociais e culturais que antes se realizavam à noite, como, por exemplo, jantares, bailes, aniversários, shows e outras, que historicamente fazem parte das duas cidades. Há inclusive relatos do impedimento de relações de solidariedade, como participação em velórios de parentes e amigos. A procura de serviços médico-hospitalares emergenciais também vem sendo afetada pelo fechamento daqueles controles, que não permitem o trânsito de veículos à noite. Exemplo significativo é o de uma gestante residente em *San Antonio*, que em julho de 2008 estava para dar à luz na maternidade da cidade brasileira de Santo Antônio do Sudoeste (PR). Por não saber se o filho viria ao mundo durante o dia ou à noite, viu-se forçada a pedir autorização junto a Gendarmería Nacional Argentina e a Receita Federal brasileira para que o portão de controle sobre a circulação entre as duas cidades fosse aberto caso ela viesse a ter seu filho durante a noite. Como justificar tais medidas em tempos de integração regional?

Embora seja antiga passagem, com mais de 100 anos, as cidades gêmeas Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio ainda não tem controle migratório e nem é um ponto de fronteira

oficialmente habilitado ao comércio e turismo internacional. Quem exerce a função de controle no local é a Gendarmaria Nacional Argentina e a Receita Federal brasileira, função fora de suas competências. Como ainda não existem políticas públicas que reconheçam as interações transfronteiriças em zona de fronteira, notadamente as imateriais, como socioculturais, funcionários daqueles organismos de controle nacionais, muitas vezes, por desconhecer as práticas locais ou por considerá-las transgressivas dos territórios nacionais, acabam por tomar medidas arbitrárias, como, por exemplo, o fechamento do posto de controle durante o período da noite gerando conflitos com os residentes. Frente a isso, os fronteiriços alegam que “o sentido comum da integração é hoje o menos comum dos sentidos” e chegam a afirmar que atualmente procuram não mais visitar parentes e amigos num ou noutro lado do limite internacional, devido ao tratamento que recebem nos controles fiscais, muitas vezes barrados de entrar numa ou noutra cidade por fiscais, que na visão de muitos fronteiriços são despreparados para tal atividade.

Em relação ao fechamento do posto de controle de Santo Antônio do Sudoeste/*San Antonio*, notadamente no período da noite, os fronteiriços daquelas cidades teriam a opção de entrar com seus veículos num ou noutro país legalmente via Dionísio Cerqueira/Bernardo de Irigoyen, posto de controle oficialmente habilitado entre Brasil/Argentina, desde 1979, para o comércio de importação/exportação e turismo internacional, cujo posto de controle funciona 24 horas ininterruptas. Entretanto, isso forçaria os fronteiriços daquelas cidades a percorrer aproximadamente 22 quilômetros enquanto que via Santo Antônio do Sudoeste/*San Antonio* eles precisariam apenas atravessar uma rua. Obviamente que os Comitês de Fronteira no local poderiam dialogar entre os organismos de controles das escalas nacionais no sentido de visar acordos locais, mas segundo a pesquisa de campo, os Comitês de Fronteiras nem sempre funcionam e quando funcionam nem sempre tem apoio local.

Por outro lado, os fronteiriços residentes em lado brasileiro, reclamam que não podem visitar seus amigos, afilhados ou parentes em lado argentino, pois se ultrapassarem o perímetro urbano das cidades argentinas, são obrigados a ter a carta verde, um seguro internacional que cobre acidentes contra terceiros, seguro que não tem no Brasil, mas desde 2000 é obrigatório na Argentina. Tais exigências são descabidas na visão dos fronteiriços e implicam sobre a circulação cotidiana dos fronteiriços. Diante disso, reivindicam que os habitantes fronteiriços tenham liberdade de circulação num raio de até 60 a 70 quilômetros, onde possam transitar com seus veículos sem as restrições das regras impostas aos turistas ou não residentes na fronteira. Nesse aspecto, chegamos à mesma conclusão que Machado (2005:266), a de que “se adote um marco regulatório único para as cidades gêmeas, em moldes similares ao que foi feito para a fronteira Rio Grande do Sul-Uruguai, sendo o documento de cidadão transfronteiriço obviamente restrito àqueles domiciliados nas cidades gêmeas, podendo ser renovado anualmente”. Pensamos também que, esse documento do fronteiriço deve ser estendido a todos os habitantes dos municípios na confluência do limite e não somente aos moradores das cidades gêmeas, por se constatar que as interações materiais e imateriais não se restringem às cidades gêmeas, embora ali elas sejam obviamente mais densas e frequentes. Já os fronteiriços residentes em lado argentino alegam que, no contexto atual da integração regional, são impedidos de comprarem materiais de construção ou eletrodomésticos, dentre outros produtos no lado brasileiro, obrigando-os a buscá-los a mais de 80 quilômetros e encarecendo-os ainda mais com os fretes, enquanto no lado brasileiro não teriam fretes e poderiam comprar a um preço menor. Diante disso, toma corpo o discurso de que os controles aduaneiros são hoje flexibilizados aos mercados de importação/exportação regionais e extrarregionais, porém enrijecidos sobre as interações historicamente tecidas entre sujeitos fronteiriços.

Os fronteiriços chegam mesmo a pensar que organismos nacionais de controle no local estariam boicotando os próprios projetos de integração cultural colocados em



curso na zona fronteira pelos governos nacionais. Um exemplo bastante citado é o Projeto Escolas Bilingües Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen, onde professores e alunos que participam daquele projeto intercultural se deparam frequentemente com travas burocráticas na mobilidade entre uma escola e outra. Ainda que reconheçam a importância do projeto, entre os professores flui o discurso de que o projeto bilíngue foi praticamente jogado de cima para baixo e não foram consideradas questões locais importantes para que o projeto avance, como, por exemplo, transporte público e segurança aos professores e alunos de uma escola a outra. Aliás, uma das críticas mais evidenciadas está ligada exatamente à ausência de transporte público transfronteiriço. Além disso, existem implicações ligadas ao trânsito dos professores. Como não há transporte público para fazer o trajeto entre as duas escolas, os deslocamentos semanais se fazem com seus próprios veículos e, ao passar pelo posto de controle, muitas vezes ficam retidos em filas de fiscalização por mais de meia hora, o que implica atrasos nas escolas e causa estresse e frustração nos professores, que ficam impotentes diante dessa burocracia em seus deslocamentos.

Embora tenha seus méritos dentro da integração regional, pode-se dizer que o bilíngue já começou com vários problemas. É sabido que em zonas fronteiriças historicamente ocorre um natural bilinguismo informal, pelos contatos sociais cotidianos, em que se misturam palavras, mesclando duas ou mais línguas, uma questão cultural que deve ser considerada, pois faz parte da própria cultura das zonas fronteiriças e que aparentemente não tem sido discutida dentro do bilíngue. Além disso, se considerarmos que a zona fronteira é um conjunto socioterritorial formado pelos dois lados do limite internacional onde ocorrem múltiplas interações materiais e imateriais, é possível questionarmos por que um projeto visando à integração sociocultural foi implantado apenas em duas cidades desse segmento fronteiriço e apenas em duas escolas? Inexplicavelmente, a cidade de Barracão, que forma par com Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen e que compartilha da mesma malha urbana, não participa do projeto bilíngue, o que parece não fazer muito sentido até mesmo para os professores que participam daquele projeto. Estranhamente, as cidades gêmeas de San Antonio/Santo Antônio do Sudoeste, também não participam do bilíngue, porque não são consideradas cidades gêmeas pelos centros de poder das escalas nacionais. Aliás, uma das críticas dos fronteiriços em relação a técnicos e funcionários dos governos nacionais e estaduais que chegam à zona fronteira para fazer diagnósticos com vistas a implantar projetos integrados, é o desconhecimento até mesmo do conceito de cidades gêmeas.

O projeto bilíngue é um bom exemplo de integração cultural envolvendo escolas dos dois países, mas como qualquer outro projeto, esse também apresenta problemas em função da adaptação do novo, mas o que se observa ali é que, a grande problemática está ainda ligada aos controles fiscais sobre a circulação de um lado ao outro do limite, e isso não atinge somente a mobilidade de professores e alunos que participam do projeto escolas bilíngues, mas os fronteiriços de modo geral. Embora o problema seja constatado em ambos os lados do limite, segundo professores do bilíngue, ele é muito mais acentuado no lado argentino. Como não existe ainda um acordo oficial entre os dois países sobre essa questão local, professores e alunos são obrigados a passar por todas as formalidades, até porque as escolas também são instituições oficiais, razão pela qual devem cumprir todas as regras ao passar com alunos de um país ao outro. Diante de tal situação, segundo professores argentinos, desde o começo do projeto bilíngue (2005), *“nunca foi possível levar uma turma inteira de alunos para a escola do lado brasileiro, porque a escola nem sempre consegue autorização por escrito dos pais, que muitas vezes não se encontram no local”*. De fato, um dos problemas constatados em Bernardo de Irigoyen, assim como nas demais cidades gêmeas, é a ausência de empregos. A maioria dos chefes de famílias residentes em Bernardo de Irigoyen, por exemplo, tem buscado empregos temporários em outras cidades da província e até mesmo fora dela. Esse problema é de conhecimento público em Bernardo de Irigoyen, inclusive dos organismos de controle dos Estados nacionais no

local. Mas infelizmente, não tem sido considerado no momento do traslado dos alunos da escola argentina para o lado brasileiro, pois o controle migratório exige documentos datados e assinados pelo pai e pela mãe permitindo que o filho(a) vá com seu professor para a escola brasileira. Segundo o diretor da *Escuela Mayor Juan Carlos Leonetti*, de *Bernardo de Irigoyen*, de todos os problemas enfrentados dentro do bilingue, o que mais tem criado conflitos, a ponto de professores se questionarem se vale a pena levar adiante o projeto, tem sido os trâmites burocráticos da fiscalização, notadamente dos controles migratórios. Em suas palavras:

*[...], hoje, com esse projeto e dentro do MERCOSUL, tem a parte boa e tem a parte ruim. O grande inconveniente, que de certa forma gera conflitos, continua sendo o cruce, a passagem dos alunos. Quando os docentes se reúnem eles planejam projetos e se desenvolve esse projeto em conjunto. Quando se finaliza o projeto se faz um encontro de séries no qual cada professor e cada aluno mostra seu trabalho. Mas, o inconveniente é para passar os alunos daqui para lá, porque não conseguimos autorização necessária para todos os alunos. Os docentes brasileiros conseguem mais facilmente trazer seus alunos de lá para cá. Nós temos mais problemas, porque a maioria de nossos alunos vive somente com a mãe ou vive somente com o pai ou com uma avó, e necessitam de autorização dos dois pais. Isso requer um documento da justiça e tem um arancel (custo) que deve ser pago para realizar esse trâmite. A força local assume sua responsabilidade de não cobrar das famílias abaixo do nível econômico, os mais humildes, mas é preciso a autorização, tanto do pai quanto da mãe. A migração não deixa professores atravessar a fronteira com menores de idade que são os filhos de outros. Por isso a necessidade de autorização que o aluno fulano de tal irá ao Brasil no lugar tal em companhia do professor tal e aí os pais assinam o documento e podem passar, [...]. É lamentável que ainda tenhamos essas travas, e por isso não se pode cumprir um projeto bilingue como gostaríamos. [...]. (Entrevista realizada em Bernardo de Irigoyen em maio de 2007).*

Os Estados nacionais poderiam facilitar a criação de mecanismos legais e administrativos em cidades fronteiriças, sobretudo frente ao MERCOSUL, pois em se tratando de um projeto nacional que visa à circulação de alunos acompanhados de professores, deveria haver maior compreensão e boa vontade da parte dos organismos de controle nacionais. Segundo o Inspetor da Receita Federal brasileira em Dionísio Cerqueira, nas reuniões do MERCOSUL já existem discussões sobre a implantação de um cartão fronteiriço para os residentes nas cidades gêmeas, um cartão que permite identificar os habitantes fronteiriços. Porém, devido a uma série de questões burocráticas e até de diferenças nas legislações, tal projeto ainda pode demorar. Machado tem razão ao dizer que,

*[...] é morosa a reação do Estado à nova situação. A morosidade de atuação na escala local pode ser explicada pela impossibilidade jurídica a priori do que constitui uma zona\região de fronteira. É necessário coerência para que não sejam atropeladas as funções legais e de controle, com a função fiscal que se pretende amenizar ou eliminar. Mas essa coerência é burocrática, sem agilidade nem flexibilidade para resolver os problemas cotidianos de comunidades com frequência artificialmente repartidas [...]. (Machado, 2005:258).*

Enquanto não houver um acordo político oficial, documentado e registrado entre os dois países, que permita o trânsito de alunos e professores de uma escola a outra, considerando questões locais, como a ausência dos pais, e sem passar por toda a burocracia dos controles fiscais e migratórios, nem agentes aduaneiros, nem Gendarmeria e nem polícia federal podem descumprir as leis vigentes em cada um dos países, sob pena de serem demitidos de seus cargos por descumprir as leis que regem cada país. De maneira geral, no contexto da integração regional, as cidades gêmeas são alvo de projetos políticos integrados, porém muitos desses projetos nascem nos centros políticos

decisórios e parecem focar muito mais o benefício geral econômico em detrimento dos habitantes fronteiriços.

## Considerações finais

Na geografia cotidiana da zona fronteira, notadamente das cidades gêmeas, ocorrem práticas sociais e culturais rotineiras entre amigos, parentes e familiares, um contexto social revelador de muitas necessidades e desejos. As formas de ligações sociais que surgem nesse meio particular são inúmeras, desde aquelas geradas pelas práticas econômico-comerciais até aquelas geradas pela ausência de serviços públicos ou privados, como a saúde, por exemplo, quanto àquelas geradas por valores imateriais, como solidariedade, afetividade, sentimentos, e geram constantes mobilidades entre um lado e outro do limite. É o lugar onde a geograficidade do fronteiriço floresce.

No contexto da integração regional, os espaços fronteiriços há muito esquecidos pelos seus Estados nacionais estão sob novo olhar político, não mais aquele da separação, mas o da integração. A eles se pede que cooperem com uma integração distante de suas realidades e interesses, em detrimento da própria integração local. Nesse processo emergem conflitos de interesses diversos entre as escalas locais e nacionais. Além disso, verifica-se que há dois tipos de integração: a integração regional formal proposta pelo MERCOSUL e a integração local informal historicamente construída pelos fronteiriços. O mesmo já foi constatado em estudos fronteiriços anteriores por Machado (2005) que argumenta: “é necessário saber diferenciar a integração regional entre países de integração fronteira. Diferenciar a integração formal da integração informal. E unir ambas”. É imprescindível que os organismos de poder da escala nacional dialoguem com a escala local, ou seja, que não se ignorem.

Para finalizar, concluímos que em muitos aspectos, as normas gerais dos Estados nacionais no atual contexto da integração regional não são condizentes com a realidade local dos fronteiriços. Além disso, verifica-se que as interações imateriais nem sempre são consideradas pelos organismos de poder e decisão, localizados nos centros das escalas nacionais, e em muitos aspectos, tais relações são ainda vistas como ilegais, o que nos leva a pensar na necessidade de políticas públicas diferenciadas para as zonas fronteira. Entre os fronteiriços o discurso mais contundente é o de que no contexto atual da integração regional os habitantes fronteiriços são cerceados da liberdade de trânsito dentro dos contornos espaciais da zona fronteira que, no segmento fronteiriço aqui analisado, se desenha num raio de 60 a 70 quilômetros entre um lado e outro do limite internacional. Esse raio indica a ocorrência de inúmeras interações transfronteiriças tanto materiais quanto imateriais. Assim, é possível pensar em políticas públicas particulares para as zonas fronteiriças levando em consideração, sobretudo as necessidades e desejos dos fronteiriços para que não continuem sendo marginalizados no contexto da integração regional.

» *NOTA: Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo que é a Tese de Doutorado defendida em março de 2011, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação da Professora Leila Christina Dias.*

## Bibliografía

- » AMILHAT-SZARY, Anne-Laure et FOURNY, Marie-Christine. 2006. *Après les frontières, avec la frontière: nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe*. Région Rhône-Alpes, L'Aube.
- » BOUQUET, Christian et VELASCO-GRACIET, Hélène. 2007. *Regards géopolitiques sur les frontières*. Paris, L' Harmattan.
- » BRASIL. Ministério da Integração Nacional. 2005. *Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira*. Brasília, Ministério da Integração Nacional.
- » CLAVAL, Paul. 2007. *A geografia cultural*. 3ª ed. Florianópolis, EDUFSC.
- » CLAVAL, Paul. 1974. L'Étude des frontières et la géographie politique. In: Cahiers de Géographie de Québec: *Les frontières politiques* vol. 18 nº 43 avril 1974. Québec, Les Presses de l'Université Laval.
- » FERRARI, Maristela. 2013. Territorialidades transfronteiriças na zona da fronteira seca internacional Brasil-Argentina. In: DIAS, Leila C. e FERRARI, Maristela. (Org.). *Territorialidades humanas e redes*. 2ª ed. Florianópolis, Editora Insular.
- » FERRARI, Maristela. 2011. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina*. Tese de Doutorado. Florianópolis, UFSC.
- » FERRARI, Maristela. 2010. *Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)*. Florianópolis, Editora UFSC.
- » FOUCHER, Michel. 2007. De Riga à Bordeaux ou le jeu du réseau et de la frontière. (Préface). In: BOUQUET, Christian et VELASCO-GRACIET, Hélène. (direction de). *Regards géopolitiques sur les frontières*. Paris, L'Harmattan.
- » FOUCHER, Michel. 1991. *Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique*. Paris, Fayard.
- » FOUCHER, Michel. 1986. *L'Invention Des Frontières*. Paris, Fondation pour les Études de Défense National, F.E.D.N.
- » GUICHONNET, Paul. e RAFFESTIN, Claude. 1974. *Géographie des Frontières*. Paris, Presses Universitaires de France.
- » HAESBAERT, Rogério. 1998. Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre, AGB.
- » LACASSE, Jean-Paul.1974. Les nouvelles perspectives de l'étude des frontières politiques: revue de quelques contributions récentes. *Cahiers de géographie de Québec*. Vol. 18 numero 43 avril 1974. Québec, Les Presses de l'Université Laval.
- » MACHADO, Lia Osório. 2005. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). *Continente em chamas: globalização e territórios na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.



- » RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática.
- » RAFFESTIN, Claude. 1974. Éléments pour une Problématique des Régions Frontalières. *L'Espace Géographique*, nº 1, Paris, Fayard.
- » SAHLINS, Peter. 1966. *Frontières et Identities Nationales*. Paris, Belin.
- » SCHÄFFER, Neiva Otero. 1995. Globalização e fronteira. In: CASTELO, Iara Regina. et al. (Orgs.). *Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o MERCOSUL*. Porto Alegre, Editora da Universidade UFRGS.
- » VELASCO-GRACIET, Hélène et BOUQUET, Christian. 2005. *Tropismo des frontières: approche pluridisciplinaire*. (Tome 1). Paris, L'Harmattan.

**Maristela Ferrari** / maristelaffff@hotmail.com

Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2008 desenvolveu programa de doutorado sandwich junto à Universidade de Pau et Pays de l'Adour, França. Professora no Departamento de Geociências da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no Campus de Marechal Cândido Rondon. É autora de artigos e livros sobre a temática fronteira.

